

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Saúde mantém ritmo no Congresso

A agenda da saúde deve seguir ativa no Congresso Nacional mesmo em ano eleitoral. A avaliação é do deputado federal e médico gaúcho Pedro Westphalen (PP, foto), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços de Saúde. Segundo ele, “a presença de parlamentares com formação médica contribui para garantir continuidade à tramitação de projetos estruturantes e para evitar decisões com impacto negativo ao atendimento da população”.

A Frente reúne representantes do setor e atua como espaço de articulação técnica e política para orientar propostas, equilibrando necessidades assistenciais e sustentabilidade financeira do sistema.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Reuniões e articulação permanentes

Segundo Westphalen, “o colegiado se reúne semanalmente às terças-feiras pela manhã, com lideranças de diferentes segmentos da saúde em Brasília. Participam prestadores de serviço, especialistas, entidades médicas e representantes da indústria. O objetivo é alinhar posições, avaliar projetos em tramitação e discutir temas prioritários. Há pautas que precisam avançar independentemente do calendário eleitoral”, disse à coluna Repórter Brasília. Para o deputado gaúcho, “médicos no Parlamento ajudam a qualificar o debate, filtrar propostas sem base técnica e construir consensos com governo e Judiciário”.

Política de diagnóstico laboratorial

Entre as prioridades legislativas está a Política Nacional de Diagnóstico Laboratorial (PNDL), de autoria de Westphalen. A proposta foi construída ao longo de um ano, com entidades como Abramed e SBAC, e já foi apresentada ao Ministério da Saúde. O texto estabelece diretrizes nacionais para organização do setor, ampliação do acesso e padronização de procedimentos. “Como médico, afirmo que não há tratamento adequado sem diagnóstico preciso e em tempo oportuno”, ressaltou.

Interlocução e regulação

Pedro Westphalen assumiu recentemente a função de conselheiro na Fiesp Saúde, em São Paulo, onde atuará como interlocutor entre Congresso e setor produtivo. Para ele, “a aproximação é estratégica, já que o estado (de São Paulo) concentra grande parte da estrutura de serviços e da indústria da área”. Outra pauta central é o fortalecimento das agências reguladoras, como ANS e Anvisa. O deputado defende a preservação da autonomia técnica dessas instituições para garantir estabilidade regulatória, previsibilidade e segurança jurídica ao sistema.

Tecnologia e judicialização

O avanço da inteligência artificial na saúde também está no radar da Frente, que apresentou contribuições ao relator da proposta de regulamentação no Congresso. A preocupação é assegurar critérios éticos e técnicos na incorporação da tecnologia. Outro tema recorrente é a judicialização da saúde. Para Westphalen, “decisões sem suporte técnico podem desorganizar o planejamento e elevar custos sem benefício real ao paciente”. O grupo defende maior aproximação com o Judiciário e oferta de subsídios especializados. “A saúde não pode parar; temos temas estruturais que precisam avançar com responsabilidade e base técnica”, afirmou o parlamentar.

Eleitores têm até 6 de maio para regularizar título

Cadastro eleitoral fecha em 7 de maio e só será retomado após eleições

/ ELEIÇÕES 2026

Eleitoras e eleitores que precisam emitir o primeiro título, transferir o domicílio eleitoral ou atualizar dados cadastrais têm até 6 de maio para regularizar a situação com a Justiça Eleitoral. A partir de 7 de maio, o cadastro eleitoral será fechado, e os serviços só serão retomados após as eleições de 2026.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a biometria é obrigatória para qualquer operação eleitoral, como alistamento, transferência ou revisão de dados. Sem o cadastro biométrico, esses procedimentos não podem ser concluídos dentro do prazo.

Para o dia da votação, porém, a regra é diferente. A ausência de biometria não impede o voto, desde que o título esteja regular. Nesse caso, o eleitor poderá votar normalmente mediante apresentação de um documento oficial com foto.

É possível solicitar o primeiro título eleitoral a partir dos 15 anos de idade, embora o voto só

possa ser exercido por quem tenha 16 anos completos na data da eleição. Para eleitores entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo; a partir dos 18, obrigatório.

A solicitação do título pode ser feita pela internet, mas também deve ser finalizada presencialmente, especialmente para o registro biométrico.

Com o fechamento do cadastro eleitoral em maio, o atendimento biométrico também será suspenso. Por isso, eleitores que ainda não têm biometria devem iniciar o atendimento até o início de abril, por meio do sistema de Autoatendimento Eleitoral, e concluir a etapa presencial até 6 de maio, em um cartório eleitoral.

O cadastro biométrico pode ser iniciado online, nos sites do TSE ou dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), mas exige comparecimento presencial.

A biometria é o registro de características físicas únicas do eleitor. Na Justiça Eleitoral, o procedimento inclui a coleta das impressões digitais dos dez dedos, fotografia digital para re-

conhecimento facial e assinatura eletrônica.

De acordo com a Justiça Eleitoral, o objetivo é reforçar a segurança do processo, impedir que uma pessoa vote no lugar de outra e evitar duplicidade de registros no cadastro nacional de eleitores.

Eleitores que não regularizam o título podem enfrentar restrições no acesso a serviços públicos, como ingresso ou renovação de matrícula em universidades públicas, posse em cargos públicos, obtenção de empréstimos em instituições financeiras públicas e emissão de documentos. No caso do passaporte, a restrição não se aplica a brasileiros que vivem no exterior e precisam retornar ao País.

O primeiro turno das eleições de 2026 está marcado para 4 de outubro, quando serão escolhidos presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Caso haja segundo turno, a votação ocorrerá em 25 de outubro.

É natural dialogar com o MDB, diz presidente do PT

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, avaliou ontem que é “natural” que seu partido mantenha negociações com o MDB, visando à construção do arco de alianças para as eleições deste ano. Edinho detalhou, inclusive, que mantém conversas com o presidente nacional do MDB, o deputado federal Baleia Rossi.

“O MDB participa do governo do presidente Lula, tem ministérios importantes, portanto, ajuda o presidente Lula a governar. Claro que nós queremos o MDB conosco. Queremos todos os partidos que estão na base do governo; assim, é natural que nós dialoguemos com o MDB, mas também estamos cientes da heterogeneidade política que o MDB possui, como muitos outros partidos no Brasil”, afirmou Edinho.

A declaração foi feita durante uma conversa com jornalistas após um almoço organizado pelo grupo empresarial Lide em São Paulo, no qual o presidente do PT foi o principal convidado.

“Eu conversei com o Baleia



‘Estamos cientes da heterogeneidade do MDB’, afirma Edinho Silva

frequentemente. Ele é de Ribeirão Preto e eu sou de Araraquara. Ele sabe que converso bastante com ele”, comentou Edinho, sem detalhar se essas conversas envolvem possíveis nomes do MDB para ocupar a vice-presidência na chapa com Lula.

Segundo Edinho, o momento é de construção de alianças, tanto em âmbito nacional quanto nos palanques regionais. Ele afirmou

que não vê problema em compor com partidos de centro-direita, desde que os dirigentes desses partidos respeitem a democracia e estejam cientes do legado que o PT deseja deixar ao País.

O presidente nacional do PT comentou as investigações envolvendo o Banco Master. Conforme Edinho, o PT sempre será a favor das investigações, independentemente dos nomes envolvidos.